

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS • Director ARMANDO PARREIRA • Publicação bimestral • 100\$ • MAIO/JUNHO • nº 2

EDITORIAL

Os problemas existentes na sociedade portuguesa no período anterior ao 25 de Abril de 74, a guerra colonial e o consequente rejuvenescimento das FFAA, agravaram as contradições internas da Instituição Militar.

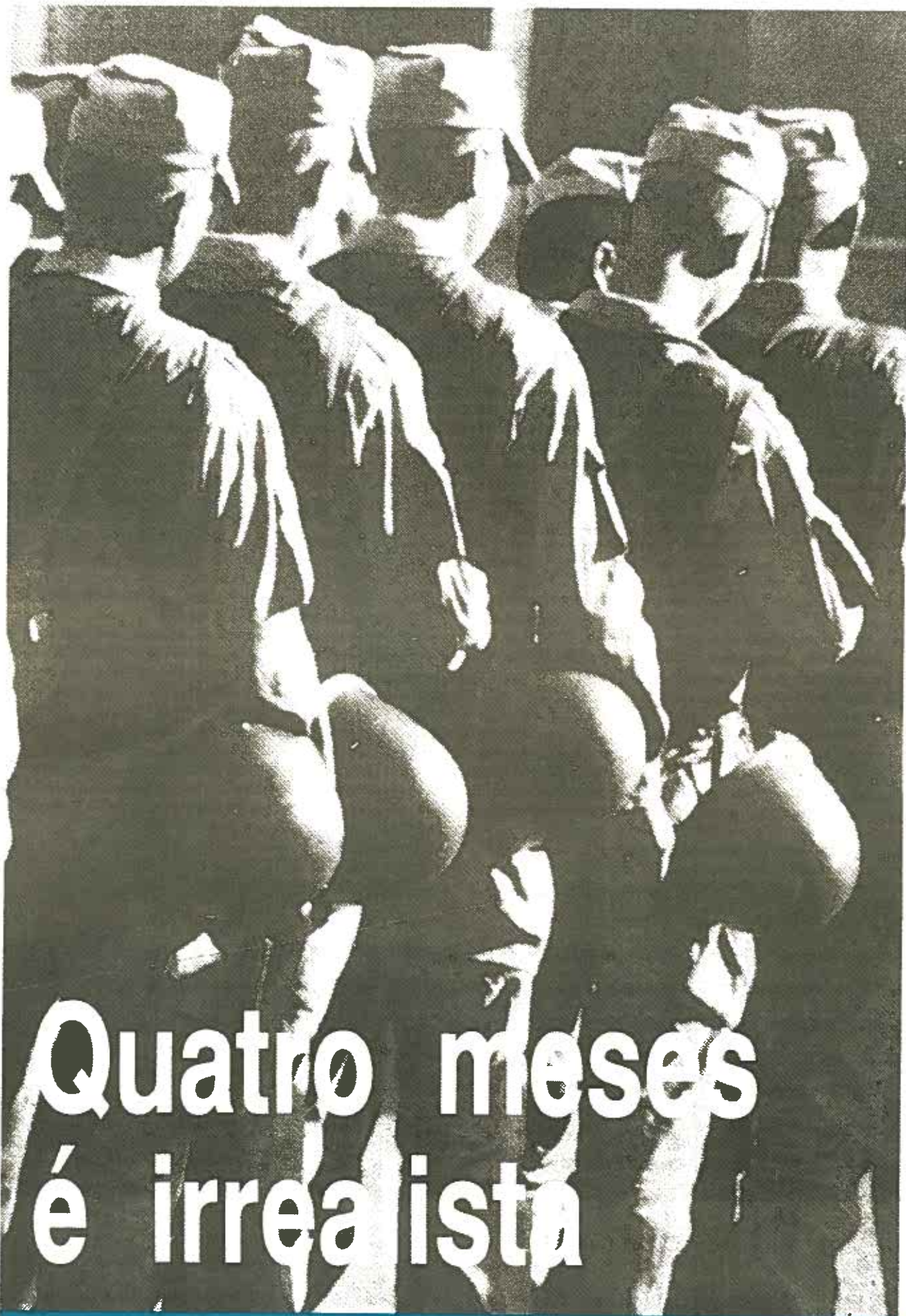
É assim que, em finais dos anos 60, surgem no seio da classe de Sargentos movimentações pela sua valorização e dignificação profissional, tendo, inclusive, havido uma tentativa de manifestação pública, convocada para a Praça Marquês de Pombal.

Foi no entanto no início dos anos 70 que a classe de Sargentos assumiu a reivindicação de um Estatuto próprio, situação que obrigou o governo de então a legislar no sentido de os Sargentos entrarem, de facto, no Quadro Permanente, numa situação ainda que de meros contratados a prazo, e a serem promovidos a 1.º Sargento por diuturnidade e não por vacatura como até então.

É na luta por um Estatuto próprio, que os dignifique enquanto militares e cidadãos, que os Sargentos vão gradualmente tomando consciência dos seus direitos, mas também dos seus deveres, perante a Instituição, a Sociedade e o País.

A movimentação em torno desta justa aspiração, conduz a classe de Sargentos a munir-se de formas e estruturas organizativas cada vez, e a cada passo, mais estruturadas e envolventes a nível dos três ramos das FFAA. Deste modo são criadas a partir de 1976 comissões executivas para comemoração do 31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento - e que mais tarde em 1982, se transformam em comissão Pró-Estatuto. O trabalho desenvolvido por esta última comissão é a todos os títulos exemplar grangeando quer junto da classe, que representavam, quer junto da Assembleia da República, uma posição de prestígio que veio a culminar com a aprovação da Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar. No desenvolvimento destas movimentações tornou-se necessária uma nova estrutura, mais representativa e abrangente a nível nacional, tendo por esta razão os Sargentos criado em finais de 88 a Co-

Continua na pág. 2



Quatro meses é irrealista

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO Pág. 3

Reestruturação das Forças Armadas exige conceito estratégico definido



É facto reconhecido que hoje não existe qualquer conceito estratégico. Se já antes se afirmava a existência de «desajustamentos», hoje, pela transformação mundial que se verificou, não há desajustamentos mas sim ausência de conceito estratégico.

Pág. 3



Provedor de Justiça pode questionar legislação militar

Pág. 5



«CENTESIMUS ANNUS».

A Encíclica Papal de João Paulo II, «Centesimus Annus», visando pôr em evidência os princípios expressos por Leão XIII, lembra que os homens, actuando em grupos, associações e organizações, constituíram um «grande movimento» que muito tem contribuído «para construir uma sociedade mais justa», ou, pelo menos, para «colocar barreiras às injustiças».

Pág. 8

Palavras de consenso

O novo Chefe do Estado-Maior da Armada — Almirante Fuzeta da Ponte — numa alocução interna proferida em 4/3/91 disse:

«As evidentes necessidades de mudança para continuar a Marinha terão que basear-se num esforço colectivo, participado e sentido por todos.

Interpreto a vossa presença hoje e aqui como um sinal inequívoco de adesão e vontade de trabalhar por um projecto de mudança que não será fácil nem cómodo, mas que tem como objectivo uma Marinha melhor. Uma Marinha que permita, enfim, um campo para a realização pessoal e profissional daqueles que a servem.»

Estas são as palavras que reúnem o consenso de todos os que na Marinha prestam serviço. São palavras que, com mais ou menos «nuance», temos ouvido ao longo dos anos em momentos determinados. Todavia, no plano prático as coisas têm sido bem dife-

rentes e a realidade aí está a demonstrá-lo.

A primeira grande dificuldade é a de com verdade olhar a realidade e não pintá-la de cor de laranja.

Os sargentos têm procurado contribuir no quadro do «esforço colectivo» para que a Marinha crie as condições que lhe permitam ganhar o futuro. Os factos têm-nos entretanto revelado que «esforço colectivo» tem leituras diferentes e para uns quer dizer diálogo, participação, propostas, auscultação séria; para outros quer dizer deveres, pseudo-auscultação, meter na gaveta as propostas e sugestões, etc. Como resultado temos a exemplificar os casos dos escalões, quadros orgânicos, cursos e a degradação das condições de exercício profissional.

Fico a aguardar qual a tradução concreta das palavras do Sr. Alm. Fuzeta da Ponte, com total disponibilidade mental e espiritual.

Um Filho da Escola

As palavras e os actos

Tem vindo a registar-se uma certa assiduidade do Sr. Primeiro-Ministro em acções relacionadas com a Marinha. Esteve na Base Naval de Lisboa, em sessão dedicada à nova fragata, almoçou com o pessoal da guarnição dos navios que estiveram no Golfo — onde contou umas anedotas — e no dia 10 de Maio visitou a Escola e a Força de Fuzileiros.

Nas alocuções proferidas, conceitos como «vencer o atraso», «reestruturar», «estamos a fazer aquilo que os outros não fizeram», por exemplo, foram expressivos.

É natural que os militares gostem de ver, por parte de quem de direito, interesse em relação ao seu ramo. Além do mais é um dever existir tal preocupação. Mas a verdade é que o pessoal

não está a sentir estas visitas com tal espírito e tem todas as razões para que assim seja.

— Os escalões («estamos a fazer aquilo que os outros não fizeram») geradores de tantas injustiças, continuam por corrigir, após muitas centenas de exposições.

— Muitos militares na reserva vêem-lhes cortado o subsídio da condição militar.

— As audiências pedidas pela Associação Nacional de Sargentos continuam sem resposta.

— A falta de pessoal começa a gerar situações de incompatibilidade entre o posto e as funções.

— Os órgãos da classe não são auscultados.

É isto vencer o atraso? É isto reestruturar?

Filho da Escola

Governo troca cautela por Força de Intervenção Rápida

A possibilidade de constituição de uma Força de Intervenção Rápida Europeia surge num momento algo desfasado da evolução da situação internacional, já que se registou o fim do Pacto de Varsóvia e existe, por todos reconhecido, um clima internacional de desanuviamento e cooperação.



evolução configura aquilo a que alguns analistas chamam «o pilar europeu da NATO».

Se é certa a existência, desde há muitos anos, de correntes defensoras da

afirmação do eixo Paris-Bona — a França foi o país motor do desenvolvimento da UEO — procurando «conquistar» autonomia face aos EUA no plano da tecnologia e indústria de guerra, a evolução da UEO para o terreno da intervenção militar causa preocupação. Por outro lado, esta afirmação europeia, a que estão subjacentes interesses de ordem económica ligados à indústria de armamento, perspectiva a geração de uma nova corrida aos armamentos.

Outro aspecto a merecer muita atenção é o que concerne ao espírito da constituição da FIR e que se resume à seguinte questão:

INTERVIR AONDE?

A disponibilidade manifestada pelo ministro da Defesa quanto à participação de Portugal em tal projecto aparece igualmente desajustada e, diga-se até, pouco ética no plano de relacionamento institucional.

De facto, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) em vigor nem na UEO fala. Daí que importante seria a definição do novo e já urgente CEDN e em função dele equacionar o resto. Mas aqui, mais uma vez, o ministro da Defesa utiliza a técnica do facto consumado.

Não se diga que estas são visões imobilistas, porque a defesa da independência e soberania nacionais são por demais importantes para que não se sigam, na sua análise de decisões, caminhos seguros e consensuais.

missão Nacional de Sargentos. É a esta Comissão que cabe o papel histórico e relevante de organizar e promover o 1.º Encontro Nacional de Sargentos que se realizou em 1 de Abril de 89, em Sacavém, que contou com a presença de mais de 4 mil Sargentos e onde, entre outras deliberações, se avançou para a criação da Associação Nacional de Sargentos.

Após o Encontro Nacional, todas as correntes de opinião foram unânimes em reconhecer que, pela sua acção, a classe de Sargentos demonstrou uma capacidade de organização, mobilização e espírito de corpo notáveis, às quais se aliou um elevado sentido de responsabilidade e disciplina.

Nos últimos dois anos coube assim à ANS a responsabilidade de ser simultaneamente motor e condutor da movimentação da classe que representa, movimentação que conheceu novas nuances e incrementos. Ainda durante a fase de legalização sofreu esta Associação alguns ataques movidos por incompreensão, infelizmente usual contra tudo o que é novo e inovador. Contra ventos e mares tem sabido a ANS impor-se no panorama associativo português, através de uma acção disciplinada e disciplinadora, com um comportamento ético e responsável, apesar da complexidade das acções encetadas em torno da defesa dos direitos dos seus associados e no respeito pela deontologia profissional.

O diálogo é uma necessidade. Com ele ter-se-iam evitado muitos dos problemas existentes, nomeadamente em torno do NSP. As injustiças cometidas só foram e serão possíveis ou por desconhecimento ou por má-fé, e muito sinceramente, nesta última hipótese os Sargentos não acreditam.

Os militares dos outros países da CEE têm, desde há alguns anos, reconhecido legalmente o direito associativo, existindo, até, uma associação europeia que congrega as diversas associações dos países da Europa, a EUROMIL. Portugal, que se apresta para presidir à Comunidade, não pode discriminar os seus militares, sob pena de se tornar, no plano das liberdades, direitos e garantias marginal e uma célula cancerígena no seio da Comunidade.

É pois, com empenho e entusiasmo redobrados, ciéntes de que as incompreensões manifestadas até ao momento, são uma situação passageira, que os Sargentos encaram o futuro. Futuro que lhes pertence, pois é sua a força da razão e são bons os ventos que sopram. COM A CONTRIBUIÇÃO DE TODOS VAMOS CONSEGUIR.

MENSAGEM AOS NOVOS SARGENTOS

No último número do nosso jornal alguns sargentos ficaram confusos: «afinal a foto é de cadetes», disseram.

É verdade. «O SARGENTO» provocou este engano.

Apresentou a diferença. Como sabemos, os nossos sargentos ainda não têm direito a formaturas tão dignas e a fardas tão esmera-

das. Não têm escolas próprias. A sua formação inicial é, ainda, considerada «me-

ascendência ou condição social ainda pode prejudicar ou beneficiar.



Cadetes da Academia Militar em formatura. Em primeiro plano o «cadete» primeiro-sargento João C. O. Alves

das. Não têm escolas próprias. A sua formação inicial é, ainda, considerada «me-

ascendência ou condição social ainda pode prejudicar ou beneficiar.

O SARGENTO
Propriedade: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Redacção: Rua Pascoal de Melo, 67 - c/v. 1100 LISBOA
Telefone: 57 09 23 - Telefax: 57 09 23
Gratuito: EJORNAL
Fotocomposição e Montagem: TEXTAG, LDA
Impressão: RENASCENÇA GRAFICA, SA
Tiragem: 5000 ex.
Depósito Legal: 48582/91
Registo na DGCS 116109

O SARGENTO JORNAL BIMESTRAL QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE PELO PRAZO DE 1 ANO

- ☐ Continente (500\$00)
- ☐ Regiões Autónomas (600\$00)
- ☐ Europa (700\$00)
- ☐ Macau (800\$00)
- ☐ Guiné, Angola e Moçambique (800\$00)
- ☐ Outros Países (800\$00)

Forma de pagamento: ☐ Cheque ☐ Vale postal

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Armada elegeu conselhos de classe

O Conselho de Classe de Sargentos da Armada foi eleito no passado mês de Abril. Os sargentos escolheram, para o efeito, os seus camaradas que entenderam com melhores condições para assumir tal desempenho.

O aparecimento dos Conselhos de Classe — como de outros órgãos congêneres no Exército e na Força Aérea — foi positivamente encarado. Todavia, ao longo dos anos tem vindo a subir o tom crítico acerca do seu real papel.

Defendem os sargentos, desde há muito tempo, que seja alargado o âmbito de competências de tais ór-

gãos, para que passem a ter um papel mais permanente e valorativo no seio da classe e também na instituição.

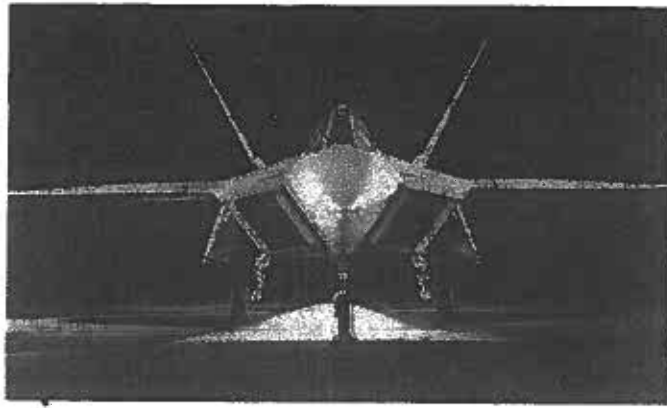
No actual sistema, se numa dada especialidade não houver promoções a fazer — e isto acontece — o Conselho eleito pode esgotar o seu tempo de mandato sem alguma vez reunir.

A aspiração dos sargentos radica, pois, num princípio simples, lógico e justo: querem efectivamente participar.

Contrato do século

«Contrato do século» — é a forma como a imprensa apelidou o contrato, no valor de 406 biliões de francos franceses (mais de 10 bili-

ões de contos), obtido pela Lockheed para a construção de 650 exemplares do futuro avião de caça americano que substituirá o actual F15.



A Lockheed, associada à Boeing e à General Dynamics, suprimiu o grupo Northrop-McDonnell-Douglas, após cinco anos de feroz

concorrência entre os seus protótipos para o fabrico do Lightning 2.

Donald Rice, o secretário de Estado para a Força Aérea americana, tomou a de-

cisão apoiado por 250 conselheiros, cuja identidade foi mantida em segredo pelo Pentágono, a fim de os «poupar» a pressões.

Ganhar o futuro com «slogans»

Estabilidade. Paz social. Coesão. Solidariedade. Vencer os desafios. Ganhar o futuro. Confiança. Europa. Desafio europeu. Determinação.

Estas são algumas das expressões com que nos deparamos dia a dia nos jornais, na televisão, na rádio. Tal é a intensidade do seu matraquear que qualquer cidadão que as não pronuncie é visto como «démode».

O «O SARGENTO», para não fugir à regra, dá conta delas de uma virada só. É o que se chama «uma sacada».

Mas, nisto, o que importa não são as palavras mas saber se alguém acredita que elas ilustrem a verdade. Vejamos:

«Portugal considerado pe-

la Europa o pior em acidentes rodoviários» («DN» 8/5/91).

«Degradação ameaça futuro do Gerês» («DN» 8/5/91).

«Professores preocupados com atrasos nas promoções» (8/5/91).

«Quadros técnicos do Estado mostram-se preocupados com os serviços da administração pública e particularmente com as transformações estruturais em curso» («Público» 4/5/91).

«2.ª Conferência Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico — reassumidas reivindicações feitas há 67 anos» («Público» 4/5/91).

Bom, e quantas páginas seriam cheias com aspirações de oficiais, sargentos e praças?

CASMO VAI ADERIR À ECCO

A CASMO — Comissão de Apoio aos Jovens em Serviço Militar Obrigatório — iniciou no passado mês de Abril o processo de adesão à ECCO — Conferência Europeia de Organizações de Conscritos.

A ECCO é integrada por organizações da Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Holanda e Suécia, estando em curso o processo de adesão de estruturas de sete outros países europeus.

No quadro da luta pela dignificação dos jovens, são quatro os aspectos essenciais colocados pela CASMO:

— Respeito pelos direitos de cidadania.

— Reformulação da legislação e disciplina adequando-se aos preceitos constitucionais.

— Elaboração de uma lei sobre segurança em instrução.

— Melhoria das condições materiais e sociais — valor do pré, transportes, regionalização do contingente, entre muitas outras.

FRANÇA Modernista no Estado-Maior



Christian Quesnot, pára-quedista e general de divisão, de 53 anos de idade, ficará na direcção do Estado-Maior do presidente Mitterrand e terá um papel fundamental nos próximos anos.

O accionamento da nova lei de programação militar francesa deverá levar o exército de terra a uma das mais profundas transformações, à sua profissionalização acentuada e à redução dos seus efectivos.

Mas os problemas orçamentais postos pela «musculação» não deixam, no entanto, de suscitar resistências.

soube «O SARGENTO» junto do Estado-Maior da Armada, onde nos informaram ainda que «o navio está entregue ao estaleiro, não temos interferência alguma no caso. O estaleiro irá resolver o problema e não haverá alteração de prazos de entrega do navio».



Distintivos de posto

Os sargentos, mores e chefes, do Exército e Força Aérea entendem que os seus ramos deverão adoptar um procedimento igual ao utilizado na Armada no concernente à colocação

dos distintivos de posto. No caso da Armada, a colocação de distintivos é igual ao utilizado pelos oficiais, o que é entendido como factor de dignificação para os sargentos.

NOTICIÁRIO



ANS

Comemora

2.º Aniversário

A Associação Nacional de Sargentos completa dois anos de existência no dia 10 de Junho. Para assinalar a data realiza um convívio em Belém, no dia 9 de Junho, e um jantar comemorativo no dia 21 de Junho.

As comemorações realizam-se numa altura em que a ANS está a implementar a nova forma de organiza-

ção no Regulamento Interno, aprovado na última Assembleia Geral, em Abril.

Neste contexto, o avanço do aspecto organizativo da ANS passa, nesta fase, pela criação e activação de Delegações Regionais e Comissões Permanentes de Ramo e pela designação de Delegados Associativos.

NOVA SEDE

A ANS já está a ocupar as instalações da sua nova sede, localizada na rua Pascoal de Melo, 67 — s/cv, em Lisboa — Telefone 57 09 23 — Telefax 57 09 23.

Tablóide

«O SARGENTO» tomou a forma de «tablóide». Decidiu assumir o risco do esforço financeiro necessário para dar este passo e cumprir, desde já, com este objectivo sem alterar o preço de venda do jornal.

Enfrentamos, assim, um desafio que encaramos, desde o início, como uma forma de dignificar «O Sargento» e que traduz, ao mesmo tempo, uma vontade já por várias vezes expressa pela classe, da qual contamos com o apoio necessário e imprescindível para prosseguir.



Festa de Aniversário C. S. Aero convida CEMFA

O Clube de Sargentos de Aeronáutica faz anos no dia 11 de Julho. No dia 6 de Julho vai assinalar o seu aniversário na Base do Lumiar (BALU), em Lisboa.

Par as comemorações foram convidadas diversas individualidades, entre as quais o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Conceição Silva.

O programa das comemorações inclui um desafio de futebol, às 11 horas, a que se segue a celebração de missa, às 12.30 horas, e termina com o almoço, a partir das 13 horas.

Dia Mundial da Criança

O CSA comemorou no passado dia 2 de Junho, no Parque do Serrado, o Dia Mundial da Criança. Foi um momento de convívio e festa para grãos e miúdos.



Corpo da GNR tem Associação

O corpo da GNR já dispõe de uma organização socio-profissional. Está legalizada a Associação dos Profissionais da Guarda, a qual foi apresentada a diversas organizações congéneres pela respectiva Comissão Promotora no decorrer de um «Porto de Honra» oferecido no dia 3 de Maio num restaurante de Lisboa.

Estiveram presentes, entre outros, representantes das Associações da PSP, da Guarda Fiscal, do Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional e da Associação Nacional de Sargentos. Todos expressaram o desejo de êxitos para a nova organização.

ASMIRR instaura acção judicial

A ASMIRR decidiu tomar a seu cargo a instauração de um processo judicial para contestar os efeitos resultantes dos Decretos 34-A/90 e 57/90 – Estatuto dos Militares das Forças Armadas (ENFAR) e Regime Remuneratório dos Militares, respectivamente.

A ASMIRR contesta:

□ Passagem antecipada à situação de reforma: 65 anos. 9 – anos na situação de reserva. (Situação anterior: idade de passagem à situação de reforma, 70 anos.)

□ Não atribuição do suplemento da condição militar ou suplemento de serviço nas forças de segurança aos militares na situação de reserva (e logo aos reformados) com menos de 36 anos de serviço militar. (Situação anterior: atribuição percentual relativa aos anos de serviço.)

□ Não atribuição do valor máximo da escala indicária (escalão mais elevado) aos militares que já se encontravam na situação de reserva à data da publicação do Dec.-Lei 57/90 e que nos termos da legislação até então vigente tinham a remuneração máxima na sua categoria.

Uma nota do Ministério da Defesa Nacional (alínea d) abona a favor da causa da ASMIRR:

MILITARES NA RESERVA LICENCIADA

Abono do Suplemento de Condição Militar (Nota n.º 1418 de 12MAR90, do MDN)

Têm direito a este subsídio os militares na situação de reserva licenciada, que tenham passado ou venham a passar nos seguintes casos:

a) Limite de idade estabelecido para o respectivo posto;

b) Por parecer da competente junta médica, se a incapacidade for motivada pelo serviço;

c) 36 anos de serviço;

d) A pedido do próprio, sob proposta do chefe do EM do respectivo ramo, fundamentada na conveniência de serviço, e tenha 20 ou mais anos de serviço.

Os casos não compreendidos nas anteriores alíneas não têm direito.

Na efectividade de serviço têm direito.

DINAMIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES

A Associação dos Militares na Reserva e Reforma (ASMIRR) está a convocar os seus delegados para dinamização da organização e das respectivas actividades.

«Asas de Portugal» NÃO VOAM.

Os «Asas de Portugal» deixaram de voar, em fins do ano passado, depois de um dos seus aviões, os conhecidos T37, ter perdido uma asa em pleno voo, provocando a morte do piloto, capitão Costa.

Com o método de inspecção – «líquidos penetrantes» – usado na FAP nunca se detectou nada. Após o acidente, utilizando o método das «correntes induzidas» em 23 aparelhos, descobriram-se sérios problemas nas asas (longarinas) de nove aviões.

Os restantes 14 aviões

pareciam estar bons. Pelo sim pelo não, «descasaram-lhes» as asas e, aí, verificou-se que as longarinas tinham problemas que quaisquer daqueles métodos de inspecção não tinham detectado.

Fadiga do material? Má matéria prima aplicada na fabricação do material?

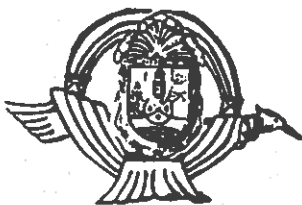
O que é certo é que todos os aviões T37 vão parar à sucata. O futuro merece cuidado. Estão em jogo a vida de pessoas e o dinheiro de todos nós, o qual não se pode gastar em material fioco.

Marcha de orientação

O Clube de Praças da Armada realizou nos passados dias 4 e 5 de Maio a 1.ª Marcha Nacional de Orientação, em Sesimbra.

Com a participação de cerca de 100 marchantes, a iniciativa constituiu, também, um momento de convívio e boa disposição.

Aos marchantes era exigido que se orientassem no percurso quer pelo sol e pelas estrelas, quer por bússolas e mapas, numa demonstração da «arte de bem navegar em todo o terreno».



Força Aérea dinamiza Comissão Permanente de Ramo

Sargentos da Força Aérea, associados e convidados da ANS, decidiram criar grupos de trabalho que terão como objectivo sensibilizar a classe com vista à dinamização da Comissão Permanente de Ramo da Força Aérea, formada em conformidade com o Regulamento Interno da ANS.

Na reunião onde esta decisão foi tomada, realizada em Lisboa no dia 18 de Maio, foram também debatidas outras matérias, nomeadamente o Novo Sistema



CPR da Armada analisa problemas da classe

A Comissão Permanente de Ramo da Armada, órgão criado recentemente em cumprimento com o Regulamento Interno da ANS, reuniu no dia 16 de Maio para análise dos problemas mais candentes que afectam os sargentos da Armada.

Dos temas abordados, mereceram uma atenção particular as matérias relacionadas com escalões, carreiras e órgãos representativos dos sargentos. Em relação a este último ponto, foi reafirmado que pelo diálogo com os órgãos representativos se teriam evitado muitos problemas com que se debate a instituição militar.

Retributivo e suas implicações, o Suplemento do Serviço Aéreo e as eleições para a Comissão Técnica dos Sargentos da Força Aérea.

CEMA recebe CSA

O Clube do Sargento da Armada foi recebido em audiência pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, almirante Fuzeta da Ponte. A audiência decorreu num ambiente cordial e teve como tema principal a acção de despejo que ameaça o CSA.

Exército prepara CPR

Os sargentos do Exército estão a ultimar os preparativos para reunir e criar a Comissão Permanente de Ramo do Exército.

25 DE ABRIL



Lisboa tinha acabado de acordar e através da rádio apercebia-se de que algo de muito importante estava a acontecer na rua.

Muitos foram os que não se mantiveram em casa e cedo começaram a afluir ao Lado do Carmo, onde a alegria se instalou e um novo destino começou a ser traçado para todos nós.

Enfermeiros confraternizaram e debatem problemas

Realizou-se no passado dia 30 de Maio um jantar convívio de enfermeiros das Forças Armadas que contou também com a presença de enfermeiros da GNR.

Tratou-se da primeira confraternização conjunta desta especialidade e só isso constituiu mais um marco na unidade da classe. Mas não se tratou só de convívio. Os enfermeiros debatem-se com inúmeros problemas e constituíram um grupo de trabalho com vista ao seu estudo.

Presentes, como convidados, estiveram a ANS e o director de «O SARGENTO».



AS PORTAS

Assinatura, em Abril deste ano, tar e as autarquias locais.

MUSEU DA MARINHA

É olhando o Passado que se constrói a História de um Povo

Lembre e conte aos seus Filhos a nossa História

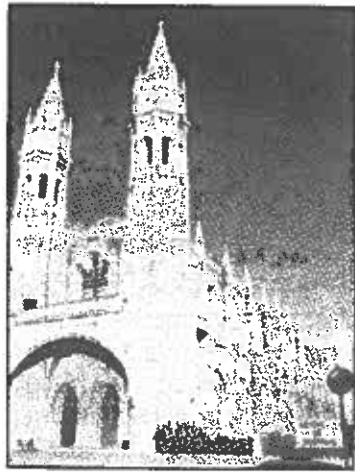
A Epopeia dos Descobrimentos está patente no MUSEU DA MARINHA

Encerrado às Segundas-Feiras e Feriados

Aberto nos outros dias incluindo Domingos das 10H00 às 17H00

ENTRADA GRÁTIS ÀS QUARTAS-FEIRAS

Praça do Império BELÉM



SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

□ A proposta de redução do Serviço Militar Obrigatório para quatro meses carece de um conhecimento aceitável da realidade. No processo legislativo conducente à reestruturação das Forças Armadas não está a ser privilegiada a participação activa dos membros da instituição militar. Dai que as soluções adoptadas no papel não o sejam na realidade.

A alteração à Lei do Serviço Militar (LSM) é um diploma fundamental para a instituição militar, em cuja preparação, infelizmente, não foi privilegiada a participação activa dos seus membros, o que reflecte, afigura-se, a existência de soluções «privativas».

Para além disto, também não parece ser curial que se elabore uma Lei de Alteração tão cara ao país sem que se conheça o tipo do Sistema de Forças e sem que se termine a análise ao Conceito Estratégico Militar.

Aliás, estas «razões do não conhecer» levaram, também, a que a proposta da nova Lei de Programação Militar não fosse ainda apresentada à Assembleia da República.

Para além disto, também ainda não se explicitou

quais os custos deste novo sistema proposto.

Dos elementos que pudemos apurar e tendo em atenção só o Exército, a proposta do governo gera um sistema onde será necessário passarmos a ter entre 4 a 5 mil contratados (hoje temos cerca de 1600), admitir mais 1500 civis e termos 16 mil voluntários. O Serviço Militar Obrigatório passaria para cerca de 4 mil homens (hoje temos à volta de 23 mil).

QUATRO MESES SÃO INSUFICIENTES

Quanto à instrução, para gerar os cerca de 4 mil homens do SMO, é necessário incorporar anualmente 21 mil, a distribuir por seis turnos de incorporação de 3500 homens cada.



Também se vislumbra que os militares do Serviço Militar Obrigatório não se destinam a especialidades operacionais, pois os 4 MESES DE SERVIÇO terão, segundo a proposta do Governo, o seguinte modelo: seis semanas de preparação geral militar, seis semanas de

Quatro meses é irrealista

preparação complementar e o resto do tempo (cerca de cinco semanas) a dar à instituição o conhecimento adquirido. Que conhecimento?

O Serviço Militar Obrigatório deverá ser favorecido pela sua redução, mas esta proposta de 4 MESES carece de conhecimento aceitável da realidade. Ou não. Ela indica, sim, que não se deseja garantir aos cidadãos o direito de defesa efectiva do país.

A proposta dos 4 MESES retira às Forças Armadas a sua própria essência: os cidadãos conscritos. Retira-lhe a sua componente essencial de defesa. A garantia indelével da defesa nacional é matéria de concepção constitucional, definida para os cidadãos e Forças Armadas, cujo papel, a desempenhar por uns e por outros, decorre de direitos e deveres. Outrossim, os interesses nacionais também se defendem prestigiando a condição militar, as Forças Armadas. E é, também, um dever defender os interesses nacionais.

E os interesses nacionais

não reservam somente aos cidadãos o sacrifício da própria vida em defesa da Pátria, solenemente afirmado perante o estandarte nacional. Eles obrigam ao desenvolvimento da formação militar e técnica adequada ao exercício de funções específicas que o período de 4 MESES não permite.

SMO É OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL

A Lei do Serviço Militar contém a definição das modalidades de prestação de serviço efectivo nas Forças Armadas respeitantes a oficiais, sargentos e praças, sejam dos quadros permanentes ou em Serviço Militar Obrigatório, nas variantes de serviço efectivo normal (SEN), serviço decorrente de convocação ou mobilização (SEC) ou em regime de contrato (RC).

No SMO os cidadãos desenvolvem uma actividade militar por imperativo constitucional que os sujeita à obrigação da defesa militar da República. Com efeito, o SMO abrange duas modalidades de prestação de ser-

viço efectivo, SEN e SEC.

Assim, os cidadãos conscritos são, portanto, o elo de ligação entre a Nação e as Forças Armadas para o esforço comum de defesa, formando, com os militares do quadro permanente, a essência da instituição militar.

É devido a esta simbiose que Portugal pôde afirmar sempre a sua independência. A integração do cidadão comum nas fileiras em tempo que lhe permita assimilar a consciência e ética que decorrem da condição militar se ficou a dever as fronteiras mais estáveis e antigas da Europa.

Os interesses nacionais exigem que todos os cidadãos conheçam bem as suas Forças Armadas, os deveres militares, por forma a que estejam sempre prontos a guardar e fazer guardar a Constituição e as Leis da República, a lutar pela independência e liberdade da Pátria.

A proposta de 4 MESES é indigna da juventude, pretende aliciá-la e vem desonorá-la, avilta e cidadania.



Defesa Nacional?

Quem pode, hoje, responder a que estrutura, dispositivo, missões obedece a visão redutora do SMO do Ministro da Defesa Nacional.

Não está em causa que faz falta uma Lei de Bases Organizativa das FA's nem está em causa que o SMO pode (deve) ser reduzido.

Está em causa o facto de ninguém saber — excepto talvez o próprio Ministro da Defesa e o Governo — a que estratégia se submetem tais projectos.

A análise das medidas que o Governo tem vindo a adoptar e a forma como se têm desenrolado revelam como ponto de contacto a existência de uma ânsia controlista por parte do Governo.

Nesta perspectiva, o debate tem sido praticamente nulo e não se tem revelado, da parte das entidades competentes, espírito de acolhimento a propostas e sugestões. Os consensos não se geram.

Ao recordarmos as afirmações do passado e as posições e práticas do presente não podemos deixar de notar contradições. Porquê? quais os objectivos?

Amplo debate deve acompanhar reestruturação das Forças Armadas

Um pouco por todo o lado se discute e escreve acerca da reestruturação das Forças Armadas (FA's). Impunha-se (impõe-se) e reanálise e consequentes alterações à Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), conceitos estratégicos, dispositivo, missões e a revisão da Lei do Serviço Militar (LSM). Impunha-se (impõe-se) a elaboração de um novo Regulamento de Disciplina Militar (RDM) e Código de Justiça Militar (CJM).

Em 1982, quando da votação da LDNFA, o então deputado e actual secretário-geral do Partido Socialista, Jorge Sampaio, disse: «...quanto ao art.º 31.º — da LDNFA — penso que as res-

trições ao exercício de direitos estão para além do que se afigura ser o quadro legal do artigo 270.º da CRP e constituem um conjunto de restrições que na sua totalidade se me afiguram exageradas...».

Em 1988, quando da discussão e votação da Lei de Bases Gerais da Condição Militar (LBGCM), o deputado Ângelo Correia, do PSD, disse: «entendo que neste momento não se deve mexer na LDNFA; aliás, mexer apenas no art.º 31.º não tem sentido! Então deve mexer-se no seu conjunto e há razões para isso...». O mesmo deputado disse na ocasião que «...temos sistemas de forças e dispositivos que, hoje em

dia, não se adequam ao próprio conceito militar. O problema é o do desajustamento que existe entre os dois conceitos, o sistema de forças e o dispositivo».

Óra, algumas conclusões se podem tirar:

— A necessidade de alterar o art.º 31.º e mesmo a LDNFA de modo global.

— A necessidade de alterar os conceitos estratégicos com as inevitáveis consequências daí decorrentes.

Os militares têm sido, no último ano, confrontados com uma catadupa legislativa que traduz desconexão, desacerto lógico e, portanto, objectivos que no mínimo teremos de considerar pouco sérios. E poder-se-á

aqui aplicar o provérbio: «a mentira só dura enquanto a verdade não chega».

É facto reconhecido que hoje não existe qualquer conceito estratégico. Se, em 1988, Ângelo Correia já afirmava a existência de «desajustamentos», hoje, pela transformação mundial que se verificou, não há desajustamentos mas sim ausência de conceito estratégico. E importa dizer que a essa ausência se tem de somar a ausência de vontade política do Governo para a eliminar. Só assim se pode entender a situação actualmente existente.

A catadupa legislativa não começou pelo princípio, isto é, pela promoção de um amplo debate com vista à

elaboração dos novos conceitos estratégicos e consequentes desenvolvimentos. O Governo começou pelo Estatuto dos Militares, revisão da LSM — redução do SMO e Lei de Bases da Organização das Forças Armadas.

O Governo, em vez de encetar, conjuntamente com as chefias militares, um estudo sério de reestruturação, alargando-o com vista ao debate necessário para gerar consensos e de forma lógica empreender a urgente reestruturação das FA's, procura condicionar a elaboração do suporte teórico.

Quem pode responder a que objectivo estratégico se submete a visão organizativa das FA's do Ministro da



SERVIÇO MILITAR FEMININO

Será interessante verificar qual a relação homens/mulheres no voluntariado. Não estranharemos que as mulheres constituam maioria já que são as que menores saídas profissionais têm na sociedade civil. Para já, as mulheres viram consignado o seu acesso às fileiras.

A consagração do acesso das mulheres às fileiras, ainda que com ressalvas, deve ser visto com naturalidade. É mais um passo no sentido daquilo que a Constituição da República consagra e trata-se de uma prática existente em muitos países.

A questão que se coloca é a que respeita à necessidade de muito ter de se mudar do ponto de vista das infra-estruturas, talvez do equipamento, e o entender-se quais os pressupostos de tal abertura.

Quanto ao primeiro aspecto, ele é uma óbvia necessidade. Importa agora aferir a forma como se vai efectivar e quais as respectivas prioridades.

Já o segundo aspecto é bem mais complexo e sendo certo que só o tempo nos revelará o real sentido, permitimo-nos lançar algumas questões:

As mulheres representam mais de 60% do total de desempregados e são as que em maior número recebem o salário mínimo. Estes dois dados são importantes para a perspetivação do problema. A possibilidade de ingresso de mulheres nas

Forças Armadas pode surgir a muitas como uma forma de adquirir mais estabilidade pessoal, melhorar a sua qualidade de vida, entre outras razões.

Este pressuposto, isto é, encerrar as FA's como saída para uma melhor situação e não o vir para as FA's por sentimento é desde logo negativo.

Um aspecto importante é quais vão ser as especialidades a que têm acesso e a verificação da existência ou não de discriminação no acesso aos postos.

No actual quadro remuneratório, de carreiras e funções será, também, interessante verificar a relação homens/mulheres no voluntariado. Não estranharemos que as mulheres constituam maioria, já que são as que menores saídas profissionais têm na denominada sociedade civil. Terá sido esse o objectivo?

Terá sido este o «furo» encontrado para suprimir as quebras resultantes da redução temporal do SMO?

A estas e muitas outras questões só o tempo nos irá dar resposta. Para já as mulheres viram consignado o seu acesso às fileiras.

Falta de Pessoal nas Forças Armadas

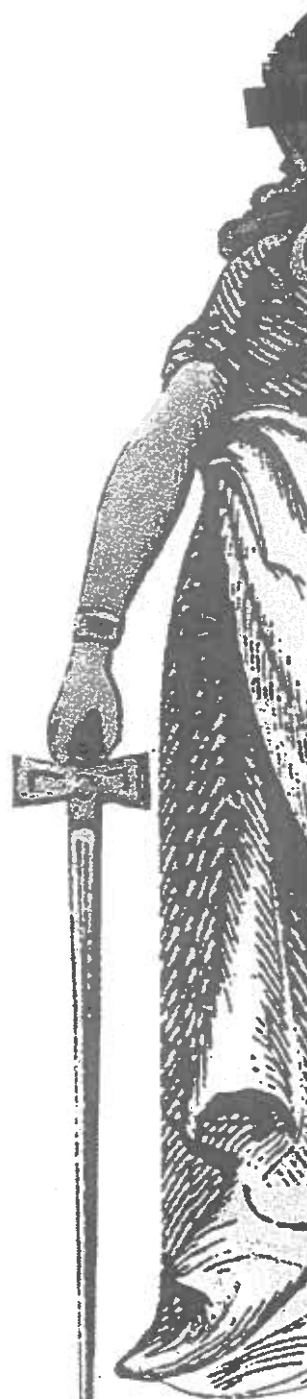
Em diversas unidades a falta de pessoal começa a passar da suposição para a realidade. A ausência de um plano integrado, discutido e realista para a reestruturação das FA's começa a produzir os seus efeitos. Em unidades como a Bimoto, St.ª Margarida, Beja, Castelo Branco, Giea, entre outras, a falta de militares provenientes do Serviço Militar Obrigatório (SMO) está a causar embaraços e a criar situações que põem em causa a dignidade e o próprio exercício normal de comando. Na ESE - Caldas da Rainha, os alunos do CFS andam a fazer faxinas.

São duas as principais razões apontadas para tal estado de coisas:

A primeira é a passagem à disponibilidade, antes do tempo, de militares do SMO.

A segunda é que se está a registar um aumento significativo de ausências às inspecções, após o anúncio da redução do SMO para 4 meses.

Mas a razão mais evidente é a ausência de perspectivas profissionais e de contrapartidas que fixem os militares nas fileiras e a falta de diálogo com vista aos consensos necessários a

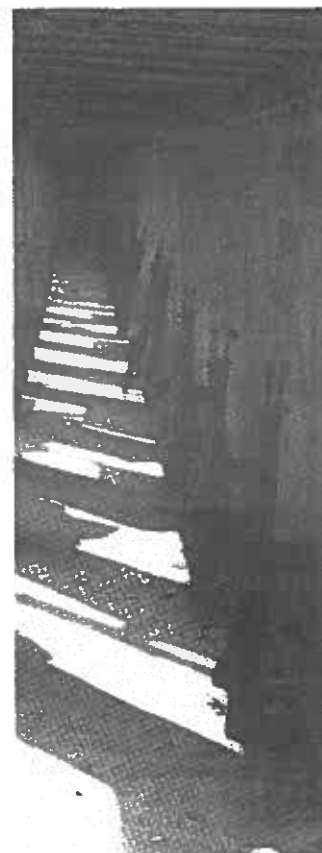


Integrar o Conselho de Estado e poder requerer o Tribunal Constitucional declaração de inconstitucionalidade, nos termos previstos na Constituição, são duas das mais importantes competências do Provedor que podem funcionar, assim, como importante elemento de pressão, quer no plano político, quer no político, sobre os órgãos do aparelho de Estado que na sua acção não respeitem os direitos dos cidadãos.

Constitui assim, o Provedor de Justiça, um órgão do Estado da maior importância para o bom e normal funcionamento das instituições e a defesa da legalidade e dos direitos constitucionais.

Não se compreende, portanto, que passados tantos anos sobre a aprovação da Lei de Defesa Nacional das Forças Armadas, ainda não se tenha regulamentado, é que se torna necessária regulamentar, um direito estabelecido na Constituição, quando ele já encontra perfeitamente o seu nido, quanto ao âmbito e modo de procedimento, próprio Estatuto do Provedor de Justiça.

Contudo, mesmo não encontrando regulamentação o recurso ao Provedor de Justiça, previsto na Lei, de o Provedor emitir pareceres e tomar posição sobre as injustiças que atingem os militares e a adequação de muitas leis (algumas feridas

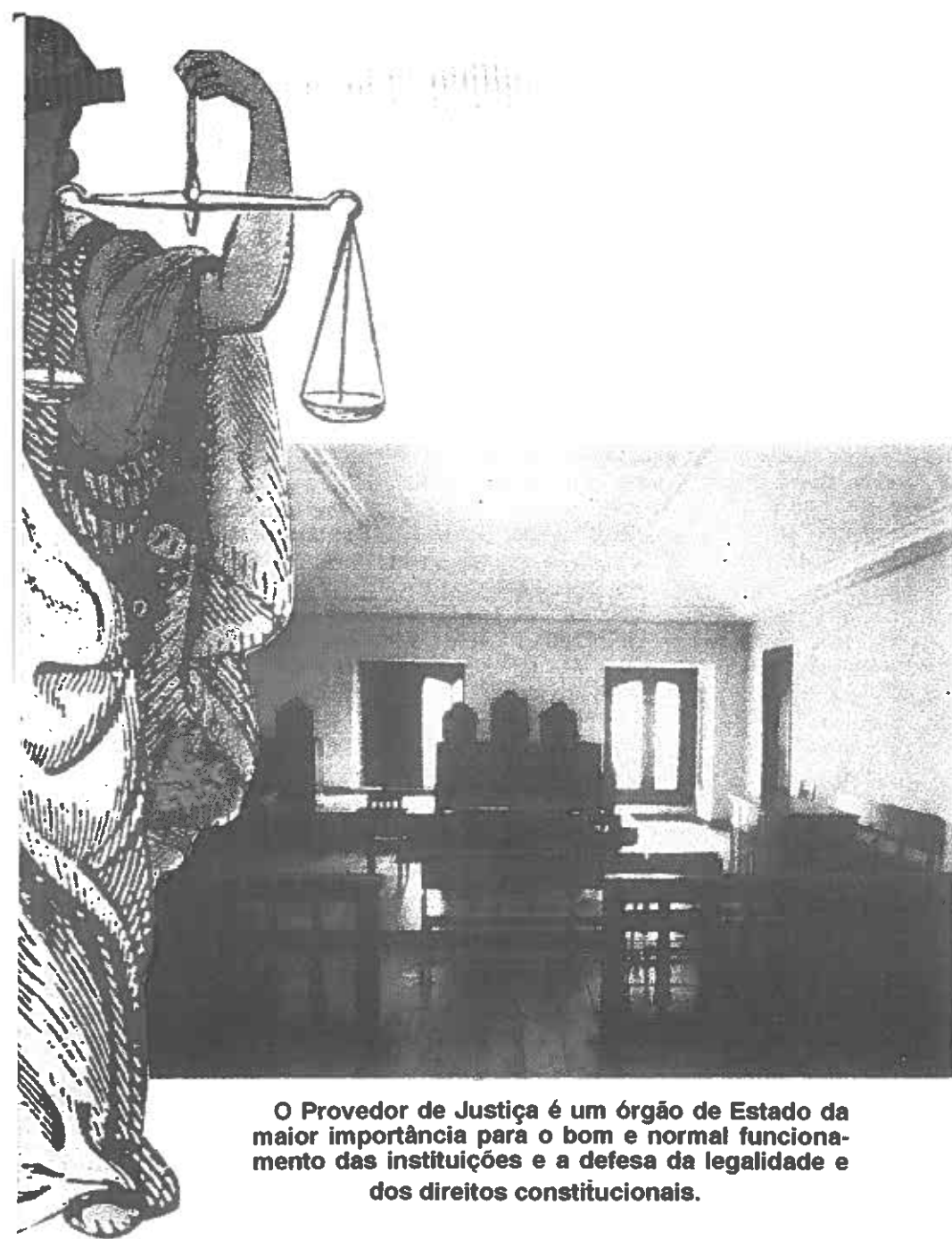


galvanizar o factor principal de qualquer mudança: O Homem.

Porque hão-de os jovens concorrer como voluntários para as FA's se se o fizerem para as forças de segurança (PSP, GNR, GF) ganham mais?

E repare-se na injustiça existente: os militares ganham menos, têm os direitos mais restringidos, mas têm a missão constitucional, de grandeza e dignidade inigualável, de defesa da independência e soberania nacional.





O Provedor de Justiça é um órgão de Estado da maior importância para o bom e normal funcionamento das instituições e a defesa da legalidade e dos direitos constitucionais.

inconstitucionalidades) que os regem. É o seu Estatuto que o possibilita. Basta lembrar a unanimidade de todos os grupos parlamenta-

blica Portuguesa prevê, entre os seus órgãos de Estado, um, o Provedor de Justiça, eleito pela Assembleia da República, que tem

com vista à correcção dos actos ilegais ou injustos dos poderes públicos ou à melhoria dos respectivos serviços.

Provedor de Justiça pode questionar legislação Militar

res, aquando da aprovação da LDNFA, ao reconhecerem a necessidade de alterar o seu art.º 31.º, dado o carácter ilegítimo e demasiado restritivo dos direitos, liberdades e garantias constitucionais, tornando-o mais adequado ao regime democrático em consolidação.

Nove anos se passaram. A democracia consolida-se. Nada justifica que continuem a existir cidadãos cerceados nos seus mais elementares direitos, em nome de fantasmas apenas existentes na mente daqueles que procuram a todo o custo manter um poder discricionário, incompatível com uma sociedade moderna, próprio somente de regimes coercivos e ditatoriais.

ESTATUTO DO PROVIDOR DE JUSTIÇA

A Constituição da Repú-

por função principal a defesa e promoção dos direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos.

Para isso o Provedor de Justiça exerce as suas funções com base em queixas apresentadas pelos cidadãos, individual ou colectivamente, ou ainda por iniciativa própria, relativamente a factos que, por qualquer outro modo, cheguem ao seu conhecimento.

As acções do Provedor de Justiça exercem-se na área dos serviços de administração pública, ou a ela ligados, nomeadamente no âmbito das Forças Armadas.

Embora as apreciações do Provedor de Justiça, às queixas apresentadas por cidadãos, por acções ou omissões dos poderes públicos, não tenham carácter decisório, ao Provedor compete dirigir recomendações aos órgãos competentes,

Pode ainda o Provedor assinalar as deficiências de legislação que verificar, emitindo recomendações para a sua interpretação, alteração ou revogação, ou mesmo sugerir a elaboração de nova legislação.

Num momento em que se está no início da aplicação de um enorme «pacote» de legislação militar, alguém deve questionar o porquê?

— Da manutenção do art.º 31.º na LDNFA, com a sua formulação actual;

— Da não regulamentação (ao fim de 9 anos) do recurso ao Provedor de Justiça;

— De se querer manter, contra todos os princípios éticos e constitucionais, os militares como cidadãos de segunda, cujos direitos são submergidos por uma avalanche de deveres questionáveis.

Ninguém mais competente do que o Provedor de Justiça para o fazer.

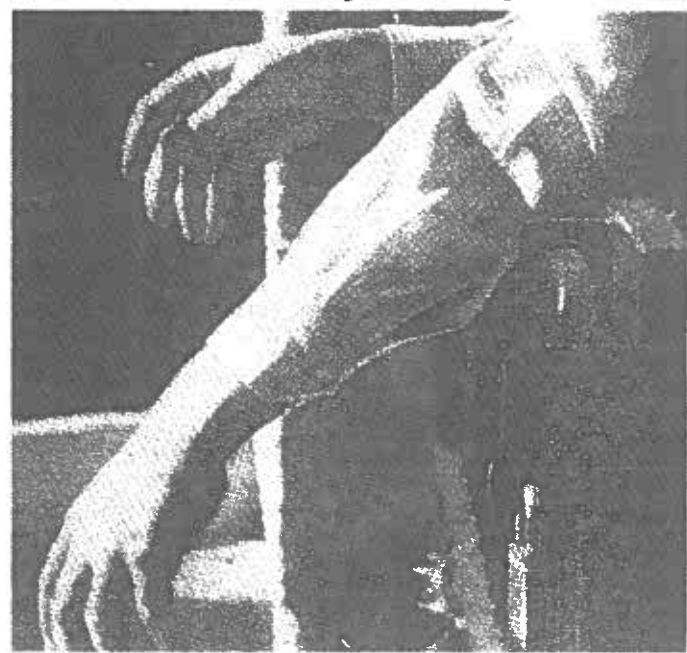
Bispo de Setúbal critica ineficácia da justiça

D. Manuel Martins, bispo de Setúbal, que regressou de uma viagem pastoral ao Luxemburgo, exprimiu algumas dúvidas quanto à eficácia da justiça, em artigo publicado no jornal «A Seara», órgão oficial da diocese.

Em sua opinião, «a sociedade já tomou consciência ao instituir os chamados provedores e altas autoridades, mas é bom de ver que este mesmo recurso não passa de mais uma frustração, dados os condicionamentos em que funciona».

Para D. Manuel Martins, é essencial que se exija «de todos e de cada um» o cumprimento do dever.

Sublinha, ainda, D. Manuel Martins: «o exemplo que venha de cima. De contrário, acabou-se a liberdade.»



Acesso aos tribunais é direito fundamental

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, a todos é garantido o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus direitos e interesses legítimos. Segundo o Tribunal Constitucional, este é

um direito fundamental de natureza análoga à dos direitos, liberdades e garantias consagrados na Constituição.

Desta forma, o direito de acesso aos tribunais só po-

de ser restringido nos casos expressamente previstos na Constituição e as suas restrições devem obedecer a um requisito de proporcionalidade, além de terem de revestir carácter geral e abstracto.



ASSEMBLEIA GERAL DA ANS

Realizou-se no passado dia 20 de Abril a Assembleia Geral da ANS. Nela foram aprovados o Relatório e Contas, o Regulamento Interno, o Plano e Orçamento para o ano corrente, entre outros assuntos.

A aprovação do Regulamento Interno da ANS constituiu um dos temas principais. A consagração duma estrutura descentralizada com a criação de delegações regionais e as Comissões Permanentes de Ra-

mo (CPR) constituíram um passo importante no caminho do aumento da capacidade de resposta aos problemas e tratamento dos aspectos específicos de cada ramo.

A unidade dos sargentos em torno da ANS é uma realidade que o Regulamento Interno agora aprovado potencia ainda mais.

Trata-se agora de cada ramo se dinamizar com vista a constituir a sua CPR no

quadro estabelecido no Regulamento Interno...

Aspecto não menos importante saído da Assembleia Geral foi o da necessidade de mais e mais sargentos se fazerem sócios da associação.

Para o efeito foi divulgado que os sargentos que se queiram inscrever podem fazê-lo contactando a ANS — Rua Pascoal de Melo, n.º 67 c/v, em Lisboa ou pelo telefone 570923 (rede de Lisboa).

A TODOS OS HOMENS DE BOA VONTADE



Uma das tarefas do Estado, senão a principal, é garantir a segurança no referente aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Mas, porém, a primeira responsabilidade quanto a direitos, liberdades e garantias não é do Estado mas sim dos indivíduos, dos grupos, associações e organizações em que se articule a sociedade. Cada um deve realizar a parte que lhe compete.

Se é certo que existe a responsabilidade colectiva de evitar a guerra, do mesmo modo há a responsabilidade colectiva de criar a lei. Para uma adequada formação respeitante à actividade humana, exige-se a participação de todo o homem, a aplicação da sua inteligência, da sua criatividade, do seu conhecimento dos outros homens e do mundo.

A «Rerum Novarum» (15 de Maio de 1891), que abordou de maneira orgânica o conflito entre o capital e o trabalho, trouxe a reflexão bem consciente de que a paz se edifica sobre o fundamento da justiça.

A Encíclica de Leão XIII projecta essencialmente a dignidade do trabalho, «a actividade humana destinada a prover às necessidades da vida e especialmente à sua conservação».

De igual modo, «outros direitos», como inaliená-

veis e próprios da pessoa humana, são referidos naquela Encíclica. Entre eles o «direito natural do homem» a formar associações, o que quer dizer «o direito de criar associações profissionais».

Pelo espaço que lhe é dedicado na Encíclica, este é um direito proeminente e de muita importância.

A «Centésimus Annus», visando pôr em evidência os princípios expressos por Leão XIII, lembra que os homens, actuando em grupos, associações e organizações, constituíram um «grande movimento» que muito tem contribuído «para construir uma sociedade mais justa», ou pelo menos, para «colocar barreiras às injustiças».

A «Centésimus Annus» também aprova a criação de associações profissionais (sindicatos), por ser um «direito natural» do ser humano, direito anterior à sua própria integração na sociedade política.

João Paulo II não deixa de evocar que «de facto, o Estado não pode proibir a sua formação, porque ele deve tutelar os direitos naturais, não destruí-los. Impedindo tais associações, ele contradiz-se a si mesmo».

Mas, ainda podemos ler mais na Encíclica, a qual, em conjunto com este proeminente direito, afirma com clareza outros direitos, de entre eles o «direito

ao justo salário». E se o trabalhador, «pressionado pela necessidade ou pelo medo do pior, aceita 'contratos' mais duros, porque impostos pelo proprietário ou pelo empresário e que, por vontade ou sem ela, devem ser aceites, é claro que sofre uma violência contra a qual a justiça protesta».

Aponta ainda a «Centésimus Annus» a este propósito: «decisiva, neste sector, é a função dos sindicatos que ajustam os mínimos salariais e as condições de trabalho. É necessário garantir o direito de exprimir a própria personalidade no lugar de trabalho, sem serem violados, seja de que modo for, na própria consciência não só como instrumentos de contratação, mas também como «lugares» de expressão da personalidade dos trabalhadores: aqueles servem para o desenvolvimento de uma autêntica cultura do trabalho e ajudam os trabalhadores a participarem de modo plenamente humano na vida da empresa. Não é lícito do ponto de vista ético nem praticável menosprezar a natureza do homem que está feito para a liberdade. Na sociedade onde a sua organização reduz arbitrariamente ou até suprime a esfera em que a liberdade legitimamente se exerce, o resultado é que a vida social progressivamente se desorganiza».

A primeira responsabilidade quanto a direitos, liberdades e garantias não é do Estado mas sim dos indivíduos, dos grupos, associações e organizações em que se articula a sociedade. Cada um deve realizar a parte que lhe compete.

"CENTÉSIMUS ANNUS"